

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	24
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	26
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	27
2.5 Medições não contábeis	28
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	48
5.3 Programa de integridade	52
5.4 Alterações significativas	56
5.5 Outras informações relevantes	57

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, exceto quando expressamente indicado, foram derivadas e, desta forma, devem ser lidas em conjunto com as informações contábeis intermediárias revisadas referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios sociais, ou períodos, aplicáveis para os resultados das operações da Companhia.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção dos Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que suplementam as demonstrações financeiras da Companhia: (i) referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2023, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações. Não obstante, determinadas discussões contidas neste item incluem declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas.

#### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Hidrovias do Brasil S.A. apresenta condições financeiras e patrimoniais saudáveis e suficientes para conduzir o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

A política da Administração da Companhia visa manter uma sólida base de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, assegurando o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia também procura manter um equilíbrio entre os padrões de retorno de mercado esperados e o nível de alavancagem financeira, buscando uma estrutura de capital adequada e equilibrada.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$1.366.517 mil em 31 de março de 2023, em comparação a R\$1.330.805 mil em 31 de dezembro de 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (b) Estrutura de capital

Em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$1.359.469 mil, dividido em 760.382.643 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

As principais fontes de recursos para financiamento do capital de giro da Companhia são provenientes de capital próprio e de linhas de financiamentos. Para mais detalhes sobre as fontes de recursos para financiamento do capital de giro da Companhia, vide item "d" abaixo.

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) era de R\$ 4.119.956 mil em 31 de março de 2023, sendo que não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A tabela abaixo apresenta a distribuição do capital próprio e de terceiros da Companhia ao final de cada um dos últimos três exercícios sociais e em 31 de março de 2023:

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	4.816.542	5.032.724	5.269.876	4.188.670
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.366.517	1.330.805	1.247.654	1.525.827
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>6.183.059</b>	<b>6.363.529</b>	<b>6.517.530</b>	<b>5.714.497</b>
Parcela de capital de terceiros <sup>(1)</sup>	77,9%	79,1%	80,9%	73,3%
Parcela de capital próprio <sup>(2)</sup>	22,1%	20,9%	19,1%	26,7%

<sup>(1)</sup> Razão entre o capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) por Capital total (terceiros + próprio).

<sup>(2)</sup> Razão entre o capital próprio (patrimônio líquido) por Capital total (terceiros + próprio).

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista sua capacidade de geração de caixa operacional e de captação de novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência. Cumpre destacar que o não atendimento a *covenants* financeiros estabelecidos nas escrituras de dívidas limita a capacidade da Companhia para contratar novos empréstimos a partir de determinado valor, conforme detalhado abaixo, de forma que essa e as outras fontes de captação de recursos são suficientes para o cumprimento de suas obrigações, levando em consideração também o cronograma de amortização de seus compromissos financeiros.

A Companhia detinha capital circulante líquido (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 535.575 mil em 31 de março de 2023, R\$ 597.088 mil em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 624.093 mil em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 981.548 mil em 31 de dezembro de 2020.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo resume a dívida bruta (saldos contábeis) da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023:

<b>Dívida Bruta em</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Endividamento circulante*	141.488	192.819	180.889	185.954
Endividamento não circulante**	3.978.468	4.072.960	4.458.517	3.537.180
Passivo de arrendamento circulante	29.889	30.692	69.942	14.446
Passivo de arrendamento não circulante	215.196	199.832	161.636	150.301
<b>Total</b>	<b>4.365.041</b>	<b>4.496.303</b>	<b>4.870.984</b>	<b>3.887.881</b>

\* Composto por Empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo circulante.

\*\* Composto por Empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante.

Tais recursos têm a seguinte destinação: (i) investimentos para dar continuidade às atividades das controladas e subsidiárias da Companhia; (ii) honrar compromissos assumidos para a construção de empuradores e barcas e novos investimentos na área de infraestrutura; e (iii) amortização de principal e juros (serviço da dívida) de dívidas financeiras contratadas para suportar os projetos da Companhia que estão em curso.

Para maiores informações a respeito do risco de liquidez da Companhia, vide item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos para financiamento do capital de giro são provenientes de capital próprio e de linhas de financiamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou processo de otimização da sua estrutura de capital, captando recursos através da 2ª Emissão de Debêntures para recompra no mercado secundário dos Bond 2025 e 2031 no mercado secundário, conforme explicado abaixo:

Em 20 de julho de 2022, a Companhia fez sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 500.000 mil, e prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e sete anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de maio de 2022, a Companhia aprovou um novo programa de recompras, realizado com recursos advindos da 2ª Emissão de Debêntures. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, através de sua subsidiária em Luxemburgo (Hidroviás International Finance) recomprou:

- 1) O valor agregado de USD 1.081 mil do principal em aberto do Bond 2025. Este montante foi integralmente cancelado no mercado;
- 2) O valor agregado de USD 121.396 mil do principal em aberto do Bond 2031. Deste montante, USD 57.796 mil foram cancelados no mercado e USD 63.600 mil permanecem na tesouraria do Grupo, motivo pelo qual, mas para fins de apresentação, este montante não compõe o saldo de empréstimos e financiamentos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 08 de fevereiro de 2021, a Companhia, através da sua subsidiária em Luxemburgo fez a emissão de um Bond no valor de USD 500.000 mil, com vencimento em 08 de fevereiro de 2031. Os recursos desta emissão foram usados para recomprar aproximadamente 75% do Bond 2025 emitido em 24 de janeiro de 2018.

Em 15 de outubro de 2021 a Companhia fez a sua primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$ 380.000 mil, como emissão de Debêntures Incentivadas realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, e prazo de vencimento de 7 anos contados da data de emissão para as debêntures da primeira série e 10 anos contados da data de emissão para as debêntures da segunda série. Os recursos captados com a emissão foram destinados ao projeto de implantação e adequação de infraestrutura do Terminal STS20 no Porto de Santos/SP.

Em dezembro de 2021, a Companhia, na qualidade de financiada, e a sua subsidiária Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., na qualidade de interveniente executora, celebraram contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep (“Finep”), cujo objeto é o financiamento para projeto de inovação tecnológica, no valor total R\$ 37.719 mil, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de dezembro de 2021. A Companhia realizou a entrega do instrumento de garantia aplicável e das demais informações e documentação necessárias para a FINEP e, em 26 de abril de 2022, recebeu a primeira parcela de referido financiamento, no valor total líquido de R\$ 19.548 mil.

Não foram feitas captações durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As captações quando necessárias objetivam manter a liquidez da Companhia, assim como garantir perfil adequado de endividamento, com prazos médios alongados e balanceamento entre os fluxos de caixa esperados.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide item (f) desta seção 2.1.

### **(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Diretoria entende que a geração interna de caixa da Companhia, juntamente com sua posição de caixa e outros ativos com alta liquidez (como títulos e valores mobiliários) serão suficientes para atender satisfatoriamente seus compromissos.

Em caso de eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencendo no curto prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de crédito com instituições financeiras, tanto para linhas de capital de giro quanto para investimentos em novos ativos, sendo que essas linhas de crédito serão tratadas caso a caso. Cumpre destacar o não atendimento a *covenants* financeiros limita a capacidade da Companhia para contratar novos empréstimos a partir de determinado valor, conforme detalhado abaixo.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### Em 31 de março de 2023

Em 31 de março de 2023, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 4.119.956 mil, sendo que R\$ 141.488 mil representavam dívidas de curto prazo (com vencimento em até um ano), R\$ 3.978.468 mil correspondiam a dívidas de longo prazo (com vencimento acima de um ano), e R\$29.889 mil representavam passivo de arrendamento de curto prazo e R\$215.196 mil representavam passivo de arrendamento de longo prazo.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante), em 31 de março de 2023, era de R\$ 561.338 mil.

Sendo assim, em 31 de março de 2023, a Companhia apresentou Dívida Líquida de R\$3.803.703 mil.

#### 31 de dezembro de 2022

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 4.265.779 mil, sendo que R\$ 192.819 mil representavam dívidas de curto prazo (com vencimento em até um ano), R\$ 4.072.960 mil correspondiam a dívidas de longo prazo (com vencimento acima de um ano), e R\$30.692 mil representavam passivo de arrendamento de curto prazo e R\$199.832 mil representavam passivo de arrendamento de longo prazo.

A posição de caixa e outros ativos da Companhia, considerando caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 753.437 mil.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou Dívida Líquida de R\$ 3.742.866 mil.

#### 31 de dezembro de 2021

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 4.639.406 mil, sendo que R\$ 180.889 mil representavam dívidas de curto prazo (com vencimento em até um ano), R\$ 4.458.517 mil correspondiam a dívidas de longo prazo (com vencimento acima de um ano), e R\$69.942 mil representavam passivo de arrendamento de curto prazo e R\$161.636 mil representavam passivo de arrendamento de longo prazo.

A posição de caixa e outros ativos da Companhia, considerando caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 672.311 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou Dívida Líquida de R\$4.198.673 mil.

#### 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 3.723.134 mil, sendo que R\$ 185.954 mil representavam dívidas de curto prazo (com vencimento em até um ano) e R\$ 3.537.180 mil correspondiam a dívidas de longo prazo (com vencimento acima de um ano), e R\$14.446 mil representavam passivo de arrendamento de curto prazo e R\$150.301 mil representavam passivo de arrendamento de longo prazo.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A posição de caixa e outros ativos da Companhia, considerando caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 1.045.844 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou Dívida Líquida de R\$ 2.842.037 mil.

### (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Saldos da dívida dos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia ao final de cada ano (valores expressos em milhares R\$):

			Taxa de juros a.a.	31/03/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Hidroviás do Brasil	1ª Emissão de Debêntures	Out/31	IPCA + 6,0%	417.475	401.934	376.433	-
	2ª Emissão de Debêntures	Jul/29	CDI +2,0%	511.097	524.860	-	-
	FINEP	Mar/32	TJLP +1%	19.768	19.698	-	-
HB International Finance	Bond 2025	Jan/25	5,95%	772.541	806.113	865.578	3.054.182
	Bond 2031	Fev/31	4,95%	1.873.670	1.959.065	2.742.860	-
Hidroviás do Brasil – Cabotagem Ltda.	Cédula de Crédito Bancária	Mar/33	2,5%/3,88% +Ptax 800 BCB (USD)	525.301	553.804	654.060	666.485
Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A.	Financiamento de Projetos	Fev/26	4,99%	104	305	475	2.467
<b>Total</b>				<b>4.119.956</b>	<b>4.265.779</b>	<b>4.639.406</b>	<b>3.723.134</b>
Circulante				141.488	192.819	180.889	185.954
Não Circulante				3.978.468	4.072.960	4.458.517	3.537.180

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras em 31 março de 2023.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantias reais, como duas embarcações que compõem a frota de cabotagem da Companhia que são gravadas, e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

As subsidiárias e controladas da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas com relação às obrigações financeiras e operacionais nos termos dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia. Tais restrições impostas dizem respeito, em sua maioria, a limitações relativas à possibilidade de venda de ativos, cumprimento de índices definidos nos financiamentos de projetos e garantia de ativos das subsidiárias e controladas.

### *Hidroviás do Brasil Cabotagem*

A Hidroviás do Brasil Cabotagem, subsidiária da Companhia, possui as seguintes obrigações decorrentes de instrumentos financeiros por ela firmados, as quais são verificadas anualmente por meio das demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício social:

- (i) manter o índice de capitalização maior ou igual a 25%.
  - O índice de capitalização é dado pelo Patrimônio Líquido ajustado sobre ativo total. O Patrimônio Líquido ajustado é o Patrimônio Líquido excluindo as variações cambiais passivas e ativas.
- (ii) manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3.
  - O ICSD é o EBITDA menos IR/CSSL (Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro) e variação do capital de giro, sobre o serviço da dívida (pagamento de principal e juros).

Em 31 de dezembro 2022, as cláusulas da controlada Cabotagem foram integralmente atingidas.

### *Hidroviás International Finance S.à.r.l*

Já a controlada Hidroviás International Finance S.à.r.l. possui o covenant financeiro relacionado ao Bond 2031 de alavancagem (dívida líquida sobre EBITDA, excluindo-se efeitos não recorrentes e não caixa de hedge accounting, IPO e SOP, conforme definidos na escritura da dívida), que deve ser menor que 4,5x em 2021 e 2022, menor que 4,0x em 2023 e menor que 3,5x a partir de 2024, para que a Companhia possa distribuir dividendos extraordinários e novas dívidas possam ser contratadas além do valor previamente estabelecido na relativa escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2022, as cláusulas da controlada Hidroviás International Finance S.à.r.l. não foram atingidas já que a alavancagem foi de 5,0x. O não atingimento do covenant não acelera o pagamento da dívida e não causa default. Contudo, a Companhia não poderá levantar novas dívidas adicionais às já permitidas pelas cláusulas restritivas do Bond 2031 ou pagar dividendos extraordinários (acima do requisito mínimo estabelecido pelo Estatuto Social), exceto se houver repactuação dos termos atuais ou acordo entre as partes. Mesmo com o não atingimento do covenant, a Companhia não espera impactos de curto e médio prazo em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro adicionais aos que já estão permitidos pelas cláusulas restritivas do Bond 2031 para cumprir suas obrigações.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Hidroviás do Brasil S.A.*

A Companhia, em razão da 1ª e à 2ª emissões de suas Debêntures, realizadas em outubro de 2021 e julho de 2022, respectivamente, deve atender ao índice de alavancagem (dívida líquida sobre EBITDA, excluindo-se efeitos não recorrentes e não caixa de hedge accounting, IPO e SOP, conforme definidos na escritura da dívida), menor que (a) 4,5x em 2022, (b) 4,0x em 2023 e (c) 3,5x a partir 1º de janeiro de 2024 até a data de vencimento de cada título. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não atingiu o índice mencionado, uma vez que a alavancagem foi de 5,0x.

Vale ressaltar que o não cumprimento do covenant não acelera o pagamento da dívida e não é considerado default. Nesse sentido, a Companhia passa a ter restrições para captar novas dívidas a partir de determinado valor além daquelas permitidas pelas cláusulas restritivas das Escrituras de Emissões das Debêntures ou pagar dividendos extraordinários acima do montante mínimo estabelecido pelo Estatuto Social. Apesar de não atingir o covenant, a Companhia não espera impactos em curto e médio prazos em suas operações e acredita que não precisará de empréstimos ou capital de giro adicionais aos já permitidos pelas cláusulas restritivas das Escrituras de Emissões das Debêntures, para cumprir suas obrigações, salvo operações para refinanciamento e otimização da estrutura de capital.

Os Bonds 2031, possuíam a obrigação de manter um covenant financeiro de "Dívida Líquida sobre EBITDA" menor do que 4,5x (passando para 4,0x em 2023 e 3,5x em 2024). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não atingiu os índices mencionados, uma vez que a alavancagem foi de 5,0x. Vale ressaltar que esse covenant também não acelera o pagamento de dívida, podendo impedir o pagamento de dividendos acima do mínimo legal e da captação de novas dívidas além dos montantes permitidos na documentação das notas seniores.

Por fim, além do descrito acima, os instrumentos financeiros de dívida celebrados pela Companhia e suas controladas também contêm outras cláusulas restritivas usuais para esse tipo de transação, incluindo, entre outras, restrições a determinadas operações societárias, limitação à concessão de garantias e pagamento de dividendos, dentre outras. Em 31 de março de 2023, 100% do nosso endividamento estava sujeito a cláusulas restritivas.

### **(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Na tabela abaixo encontram-se os percentuais utilizados dos nossos financiamentos já contratados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023:

<b>Modalidade</b>	<b>Empresa</b>	<b>Liberado</b>	<b>Saldo</b>
Bond 2031	Hidroviás International Finance S.à.r.l.	100%	0%
Bond 2025	Hidroviás International Finance S.à.r.l.	100%	0%
NCE	Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	100%	0%
BNDES	Hidroviás do Brasil – Cabotagem Ltda	100%	0%
Finep	Hidroviás do Brasil S.A.	50%	50%
Debênture Incentivada	Hidroviás do Brasil S.A.	100%	0%
Debênture Institucional	Hidroviás do Brasil S.A.	100%	0%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

#### **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

#### **PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023 COMPARADO COM O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022**

(em R\$ milhares, exceto %)	31/03/2023	AV	31/03/2022	AV	AH
Receita líquida	478.093	100%	456.689	100,0%	4,7%
Custos dos serviços prestados	(288.825)	(60,4%)	(243.557)	(53,3%)	18,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>189.268</b>	<b>39,6%</b>	<b>213.132</b>	46,7%	<b>(11,2%)</b>
<b>Despesas</b>					
Gerais e administrativas	(64.818)	(13,6%)	(57.721)	(12,6%)	12,3%
Resultado de equivalência patrimonial	(1.377)	(0,3%)	1.304	0,3%	(205,6%)
Outras receitas e (despesas)	3.145	0,7%	3.876	0,8%	(18,9%)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>126.218</b>	<b>26,4%</b>	<b>160.591</b>	<b>35,2%</b>	<b>(21,4%)</b>
Receitas financeiras	11.481	2,4%	46.666	10,2%	(75,4%)
Despesas financeiras	(111.518)	(23,3%)	(132.534)	(29,0%)	(15,9%)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(100.037)</b>	<b>(20,9%)</b>	<b>(85.868)</b>	<b>(18,8%)</b>	<b>16,5%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>26.181</b>	<b>5,5%</b>	<b>74.723</b>	16,4%	<b>(65,0%)</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(24.267)	(5,1%)	(30.777)	(6,7%)	(21,2%)
Diferido	18.154	3,8%	(10.709)	(2,3%)	(269,5%)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>20.068</b>	<b>4,2%</b>	<b>33.237</b>	<b>7,3%</b>	<b>(39,6%)</b>

#### **Receita líquida**

A receita líquida da Companhia aumentou R\$ 21.404 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022, ou 4,7%, passando de R\$ 456.689 mil para 478.093 mil. Esse crescimento reflete o aumento na movimentação de cargas em nossos corredores logísticos, tendo em vista que foram movimentadas 4.375 de toneladas no período de três meses findo em 31 de março de 2023, crescimento de 25% em relação ao mesmo período de 2022, impactado também pelas operações da Companhia no segmento Santos, o que não havia ocorrido em 2022. Esse crescimento foi parcialmente compensado pela realização de hedge accounting, instrumento utilizado para mitigar a exposição da Companhia ao dólar norte-americano, moeda na qual os contratos do Corredor Sul são celebrados, não havendo impacto caixa.

#### **Corredor Norte**

A receita líquida de nossas operações no Corredor Norte aumentou 21,6%, passando de R\$ 175.823 mil no período de três meses findo em março de 2022 para R\$ 213.748 mil no mesmo período de 2023. Essa variação decorreu principalmente em razão do aumento nos volumes transportados, impulsionado principalmente por (i) um aumento de no fluxo de grãos de nosso sistema integrado, atingindo aproximadamente, e (ii) um aumento significativo no transporte de fertilizantes e das tarifas médias mais altas durante o período.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Cabotagem

A receita líquida de nossas operações no segmento da Cabotagem aumentou 0,7%, passando de R\$ 54.541 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para R\$ 54.941 mil no mesmo período de 2023, mantendo-se praticamente estável.

### Corredor Sul

A receita líquida de nossas operações no segmento do Corredor Sul, aumentou 5,3%, passando de R\$ 228.846 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para R\$ 240.874 mil no mesmo período de 2023, principalmente em razão do aumento do transporte do minério de ferro, além do aumento no volume de transporte de grãos. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo baixo volume de precipitação no mês de janeiro, o que gerou restrições operacionais.

### Santos

A receita líquida de nossas operações no segmento do terminal de Santos foi de R\$ 27.602 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2023, sendo que não houve receita auferida no mesmo período de 2022, uma vez que o terminal passou por profundas reformas durante o ano de 2022.

### **Custo dos serviços prestados**

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2023, a Companhia apresentou Custos dos serviços prestados em um total de R\$ 288.825 mil, referentes a gastos com frete, depreciação e amortização, salários e encargos, combustível, manutenção e outros gastos operacionais. Esse valor corresponde a um aumento de R\$ 45.268 mil, ou 18,6% quando comparado ao mesmo período de 2022, quando totalizou R\$ 243.557 mil, e é atribuído, principalmente, ao aumento do custo com combustíveis e salário, encargos e benefícios. O aumento do custo com combustíveis pode ser explicado pelo aumento do seu preço no período e aumento do volume de cargas transportadas, sendo parcialmente compensado por um ganho operacional, já o impacto na linha de salários, encargos e benefícios é explicado principalmente pelos reajustes contratuais, bem como readequações das estruturas para suportar o crescimento do negócio.

### **Lucro bruto**

Nosso lucro bruto consolidado reduziu R\$23.864 mil, ou 11,2%, passando de R\$ 213.132 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para R\$189.268 mil no mesmo período de 2023, como reflexo do aumento do Custo dos serviços prestados, conforme descrito acima.

### **Despesas gerais e administrativas**

Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 7.097 mil, ou 12,3%, passando de R\$ 57.721 mil, no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para R\$ 64.818 mil no mesmo período de 2023. Esse aumento nas despesas gerais e administrativas é reflexo (i) do crescimento das operações da Companhia, que tende a, naturalmente, gerar maior necessidade de tais despesas para a adequação à dimensão das operações, (ii) das maiores despesas para renovação de licenças operacionais, (iii) da reconstituição de equipes para operações regulares da Companhia, e (iv) de despesas legais para validação de entendimentos acerca de interpretações contratuais.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos

Nosso resultado antes do resultado financeiro e dos impostos teve uma redução de R\$ 34.373 mil, ou 21,4%, passando de R\$ 160.591 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para R\$ 126.218 mil no mesmo período de 2023, refletindo os efeitos acima mencionados.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresentou uma variação de R\$ 14.169 mil, passando de despesas de R\$ 85.868 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para despesas de R\$ 100.037 mil no mesmo período de 2023, refletindo a menor obtenção de receitas. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução das despesas financeiras da Companhia.

#### Receita Financeira

A receita financeira da Companhia apresentou uma redução de R\$35.185 mil, passando de R\$ 46.666 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para R\$ 11.481 mil no mesmo período de 2023. Essa redução é devida, principalmente, a atualizações monetárias e cambiais realizadas no período de três meses findo em 31 de março de 2022, que gerou uma receita de R\$45.200 mil, em contraponto a uma despesa de R\$8.439 mil no período findo em 31 de março de 2023 em razão à variação do preço do dólar norte-americano, que sofreu desvalorização em relação ao real em 2023.

#### Despesas Financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um decréscimo de R\$ 21.016 mil, ou 15,9%, passando de R\$ 132.534 mil no período de três meses findo em março de 2022 para R\$ 111.518 mil no mesmo período de 2023. Essa diminuição se deu principalmente em razão de perdas com investimentos em fundos de investimento expostos à variação do dólar norte-americano em 2022, o que não ocorreu em 2023. Essa diminuição foi parcialmente compensada pelo aumento de despesas com Juros sobre empréstimos, outorga e mútuos em 2023, em razão da variação dos juros incorridos sob os títulos e suas respectivas taxas, e por perdas em Instrumentos financeiros derivativos de swap celebrados com o intuito de proteger o fluxo de caixa contra a volatilidade cambial nas exposições e oscilações de câmbio no mercado.

### Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Com isso o resultado da Companhia antes do imposto de renda e contribuição social apresentou uma redução de R\$ 48.542 mil, ou 65,0%, passando de R\$ 74.723 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2022 para R\$ 26.181 mil no mesmo período de 2023.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de três meses findo em 31 de março de 2023 a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, no montante de R\$ 6.113 mil (ante uma despesa de R\$41.486 mil no mesmo período de 2022), variação de R\$ 35.373 mil, ou 85,3%. Essa variação é explicada principalmente pelo menor resultado antes dos impostos, atribuído aos elementos descritos acima, e ao volume de despesas ineditáveis substancialmente superior em 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Como resultado do disposto acima, houve lucro líquido de R\$ 20.068 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2023 frente a um lucro líquido de R\$ 33.237 mil no mesmo período de 2022.

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.767.900</b>	<b>100%</b>	<b>1.115.417</b>	<b>100%</b>	<b>58%</b>
Custos dos serviços prestados	(1.149.726)	(65%)	(880.774)	79%	31%
<b>Lucro bruto</b>	<b>618.174</b>	<b>35%</b>	<b>234.643</b>	<b>21%</b>	<b>163%</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	(326.726)	(18%)	(240.437)	(22%)	36%
Resultado de equivalência patrimonial	14.040	1%	(671)	0%	(2192%)
Perdas por <i>impairment</i>	(24.740)	(1%)	-	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	36.444	2%	96.089	9%	(62%)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>317.192</b>	<b>18%</b>	<b>89.624</b>	<b>8%</b>	<b>254%</b>
Receitas financeiras	173.670	10%	35.142	3%	394%
Despesas financeiras	(407.117)	(23%)	(423.411)	(38%)	(4%)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(233.447)</b>	<b>(13%)</b>	<b>(388.269)</b>	<b>(35%)</b>	<b>(40%)</b>
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>83.745</b>	<b>5%</b>	<b>(298.645)</b>	<b>(27%)</b>	<b>(128%)</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(81.384)	(5%)	(64.272)	(6%)	27%
Diferido	(10.524)	(1%)	23.785	2%	(144%)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(8.163)</b>	<b>0%</b>	<b>(339.132)</b>	<b>(30%)</b>	<b>(98%)</b>

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia aumentou R\$ 652,483 mil no último exercício social, ou 58%, passando de R\$ 1.115.417 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 1.767.900 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse crescimento reflete o aumento expressivo na movimentação de cargas em nossos corredores logísticos, tendo em vista que foram movimentadas 15,4 milhões de toneladas em 2022, crescimento de 42% em relação a 2021. Além disso, a tarifa média dos corredores foi superior à de 2021 devido, principalmente, ao mecanismo de repasse do preço do combustível conforme previsto nos contratos.

### Corredor Norte

A receita líquida de nossas operações no Corredor Norte aumentou R\$ 187.700 mil, ou 33,3%, passando de R\$ 570.874 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 758.644 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação decorreu principalmente pelo maior volume de grãos movimentado no período, em vista da pujante safra de grãos do norte do Brasil, com destaque para o forte volume no sistema integrado.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Cabotagem

A receita líquida de nossas operações no segmento da Cabotagem reduziu R\$ 2.324 mil, ou 1,1%, passando de R\$ 211.139 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 208.815 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, mantendo-se praticamente estável.

### Corredor Sul

A receita líquida de nossas operações no segmento do Corredor Sul aumentou R\$ 456.841 mil, ou 141,7%, passando de R\$ 322.370 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 779.211 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo (i) o aumento do volume transportado, em razão da melhora da navegabilidade dos rios e o consequente maior volume transportado em 2022 na hidrovia dos rios Paraná-Paraguai, e (ii) o volume de produção do minério de ferro de Corumbá.

### Santos

A receita líquida de nossas operações no segmento do terminal de Santos foi de R\$ 31.355 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento de 34,7% quando comparado ao mesmo período de 2021, quando correspondeu a R\$ 23.276 mil. Esse aumento se justifica pelo fato de o terminal ter operado mais meses em 2022 quando comparado a 2021, visto que em abril de 2021 a operação foi interrompida para dar prosseguimento às reformas e adequações estruturais do terminal e foi retomada em agosto de 2022.

### **Custo dos serviços prestados**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou custos dos serviços prestados em um total de R\$ 1.149.726 mil, referentes a gastos com frete, depreciação e amortização, salários e encargos, combustível, manutenção e outros gastos operacionais. Esse valor corresponde a um aumento de R\$ 268.952 mil, ou 30,5% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$ 880.774 mil.

### Corredor Norte

O custo dos serviços de nossas operações no segmento do Corredor Norte aumentou R\$ 58.412 mil, ou 25,7%, passando de R\$ 226.702 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 285.114 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, decorrente principalmente do aumento de volume de grãos e fertilizantes transportados no Corredor Norte.

### Cabotagem

O custo dos serviços de nossas operações no segmento da Cabotagem incrementou R\$ 17.145 mil, ou 15,6%, passando de R\$ 109.511 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 126.656 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento se deu principalmente em virtude do aumento do volume de bauxita em 2022 quando comparado a 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Corredor Sul

O custo de serviços de nossas operações no segmento do Corredor Sul aumentou R\$ 170.120 mil, ou 56,6%, passando de R\$ 300.758 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 470.878 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento observado decorreu principalmente da melhora da navegabilidade dos rios, que viabilizou um aumento relevante do volume transportado e, consequentemente, aumento dos custos relacionados a navegação de minério de ferro, grãos e fertilizantes.

### Santos

O custo de serviços de nossas operações no segmento do terminal de Santos foi de R\$ 16.210 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento de 6,51% quando comparado ao mesmo período de 2021, quando correspondeu a R\$ 15.222 mil. Esse aumento se justifica pela retomada da operação e ajustes de custos já que a operação ainda está em fase de desenvolvimento.

### **Lucro bruto**

Nosso lucro bruto consolidado aumentou R\$ 383.531 mil, ou 163,5%, passando de R\$ 234.643 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 618.174 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo as maiores receitas advindas do crescimento de volume em praticamente todos os corredores logísticos e a contínua busca por maior eficiência operacional da Companhia.

### **Despesas gerais e administrativas**

Nossas despesas gerais e administrativas consolidadas aumentaram R\$ 86.289 mil, ou 35,9%, passando de R\$ 240.437 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 326.726 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento nas despesas operacionais é reflexo natural do próprio crescimento das operações da Companhia. É de se destacar que o crescimento da receita operacional líquida foi maior que o crescimento das despesas em 2022, o que a Companhia acredita demonstrar o contínuo esforço para otimização e controle realizado pela Companhia.

### **Resultado Operacional antes do resultado financeiro e dos impostos**

Nosso resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos teve um acréscimo de R\$ 227.568 mil, ou 253,9%, passando de R\$ 89.624 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 317.192 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo os efeitos acima mencionados.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro da Companhia apresentou uma variação de R\$ 154.822 mil, passando de despesas de R\$ 388.269 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para despesas de R\$ 233.447 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, refletindo os ganhos com recompra de Bonds no mercado secundário – já que as recompras foram realizadas com desconto médio de 22%.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Receita Financeira

A receita financeira da Companhia apresentou um aumento de R\$138.528 mil, passando de R\$ 35.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 173.670 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento foi resultado principalmente dos ganhos com recompra de Bonds durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando a companhia recomprou Bonds no mercado secundário com descontos de aproximadamente 22%, gerando uma receita financeira de R\$143.300 mil.

### Despesas Financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um decréscimo de R\$ 16.294 mil, ou 3,8%, passando de R\$ 423.411 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 407.117 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, mantendo-se praticamente estável.

### **Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Com isso o lucro operacional da Companhia antes do imposto de renda e contribuição social apresentou um aumento de R\$ 382.390 mil, ou 97,6%, passando de prejuízo de R\$ 298.645 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para lucro de R\$ 83.745 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, no montante de R\$ 91.908 mil (ante uma despesa de R\$40.487 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021), variação de R\$ 51.421 mil, ou 127%. Essa variação é explicada principalmente pelo aumento de impostos pagos no exterior em função do processo de recompra dos Bonds.

### **Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício**

Como resultado do disposto acima, houve prejuízo líquido de R\$ 8.163 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 frente a um prejuízo líquido de R\$ 339.132 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletindo por um lado as melhorias operacionais nos principais corredores logísticos onde a Companhia opera e os ganhos financeiros advindos com o processo de recompra e, por outro, o efeito contábil do *hedge accounting* e maiores impostos pagos.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.115.417</b>	<b>100%</b>	<b>1.462.103</b>	<b>100%</b>	<b>(24%)</b>
Custos dos serviços prestados	(880.774)	79%	(1.089.606)	(75%)	(19%)
<b>Lucro bruto</b>	<b>234.643</b>	<b>21%</b>	<b>372.497</b>	<b>25%</b>	<b>(37%)</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	(240.437)	(22%)	(198.344)	(14%)	21%
Resultado de equivalência patrimonial	(671)	0%	(5.362)	0%	(87%)
Outras receitas	96.089	9%	33.870	2%	184%
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>89.624</b>	<b>8%</b>	<b>202.661</b>	<b>14%</b>	<b>(56%)</b>
Receitas financeiras	35.142	3%	54.421	4%	(35%)
Despesas financeiras	(423.411)	(38%)	(305.447)	(21%)	39%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(388.269)</b>	<b>(35%)</b>	<b>(251.026)</b>	<b>(17%)</b>	<b>55%</b>
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(298.645)</b>	<b>(27%)</b>	<b>(48.365)</b>	<b>(3%)</b>	<b>517%</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(64.272)	(6%)	(68.291)	(5%)	(6%)
Diferido	23.785	2%	11.111	1%	114%
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(339.132)</b>	<b>(30%)</b>	<b>(105.545)</b>	<b>(7%)</b>	<b>221%</b>

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia reduziu R\$ 346.686 mil no último exercício social, ou 24%, passando de R\$ 1.462.103 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.115.417 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é explicada, substancialmente, pelo impacto da descontinuidade do processo de subcontratação do transporte multimodal (OTM) que era realizado pela Companhia de forma a viabilizar a chegada do volume contratado por alguns clientes em seu terminal, com margem de contribuição próxima a zero já que havia um custo de mesma proporção envolvido. Essa subcontratação deixou de ser demandada a medida que tais clientes conseguiram se estruturar para fazerem de forma direta, não precisando mais do auxílio da Companhia.

#### Corredor Norte

A receita líquida de nossas operações no Corredor Norte reduziu R\$287.264 mil, ou 33,5%, passando de R\$ 856.138 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$570.874 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu principalmente das menores exportações de grãos no segundo semestre de 2021 no Corredor Norte, com quebra significativa da safrinha de milho no Brasil, e a descontinuidade da operação de transporte multimodal (OTM), cuja margem de contribuição era próxima a zero.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Cabotagem

A receita líquida de nossas operações no segmento da Cabotagem reduziu R\$3.489 mil, passando de R\$ 214.628 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 211.139 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorre basicamente de efeitos de variação cambial ao longo do ano, visto que se trata de uma operação coberta com contrato de take or pay, protegida, portanto, da variação de volume, que contraiu 23,7% no ano de 2021 quando comparado ao ano de 2020.

### Corredor Sul

A receita líquida de nossas operações no segmento do Corredor Sul diminuiu R\$42.444 mil, passando de R\$364.814 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$322.370 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com impacto relacionado à menor navegabilidade dos rios com níveis de água mais baixos que o usual observado historicamente e ao reconhecimento de R\$110,9 milhões de *hedge accounting* em 2021, um efeito não caixa que tem por objetivo equalizar os impactos dos contratos em moeda estrangeira, dado que a moeda funcional da companhia é o real. Além disso, reflete também a contabilização menor de receitas não tarifárias, refletindo o modelo contratual adotado pela Vale, com modificação dos valores fixos trimestrais no regime “take-or-pay” para contabilização atrelada aos volumes efetivamente movimentados.

### Santos

A receita líquida de nossas operações no segmento do terminal de Santos foi de R\$23.276 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, retração de 41,5% quando comparado ao mesmo período de 2020, quando correspondeu a R\$39.761 mil. Essa redução se justifica pelo fato de o terminal ter operado menos meses em 2021 quando comparado a 2020, visto que encerrou sua operação plena em abril para dar prosseguimento às reformas e adequações estruturais que tornaram o terminal apto a operar em capacidade plena a partir de meados de 2022.

### **Custo dos serviços prestados**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou custos dos serviços prestados em um total de R\$ 880.774 mil, referentes a gastos com frete, depreciação e amortização, salários e encargos, combustível, manutenção e outros gastos operacionais. Esse valor corresponde a uma redução de R\$ 208.832 mil, ou 19,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$1.089.606 mil. Essa redução foi decorrente principalmente dos fatores descritos abaixo.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Corredor Norte

O custo dos serviços de nossas operações no segmento do Corredor Norte reduziu R\$ 349.992 mil, ou 62,1%, passando de R\$ 563.398 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 213.406 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, decorrente principalmente da descontinuidade da operação desubcontratação do transporte multimodal (OTM), representando uma redução de R\$ 351.500 mil, já que conforme explicado na análise da Receita, os clientes que subcontratavam tal solução deixaram de demanda-la a medida que se estruturaram para fazer diretamente, e da redução de 15,2% no volume de grãos e fertilizantes movimentados no sistema.

### Cabotagem

O custo dos serviços de nossas operações no segmento da Cabotagem incrementou R\$ 15.198 mil, ou 17,0%, passando de R\$ 93.593 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 109.511 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento se deu principalmente em virtude dos custos adicionais de afretamento de navio de terceiro durante o período de docagem (paralisação da operação para manutenção) do navio HB Tucunaré. Além disso, houve apreciação do dólar frente ao real em 4,6% uma vez que parte dos custos da operação de Cabotagem seguem contratos denominados em dólares com fornecedores.

### Corredor Sul

O custo de serviços de nossas operações no segmento do Corredor Sul aumentou R\$91.954 mil, ou 44,0%, passando de R\$ 208.804 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 300.758 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento observado no Corredor Sul decorreu principalmente pela expansão das operações decorrente da aquisição de novos ativos de navegação oriundos da Imperial Logistics, a qual agregou 7 empurradores troncais e 84 barcas à frota, demandando incremento de custos de operação, manutenção etc. frente ao mesmo período de 2020. Além disso, houve apreciação do dólar frente ao real em 4,6% uma vez que a maioria das operações do Corredor Sul estão fora do Brasil e seguem contratos denominados em dólares com fornecedores.

### Santos

O custo de serviços de nossas operações no segmento do terminal de Santos foi de R\$ 15.222 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, retração de 50,9% quando comparado ao mesmo período de 2020, quando correspondeu a R\$ 31.021 mil. Essa redução se justifica pelo fato de o terminal ter operado menos meses em 2021 quando comparado a 2020, visto que encerrou sua operação plena em abril para dar prosseguimento às reformas e adequações estruturais que tornaram o terminal apto a operar em capacidade plena a partir de meados de 2022.

### **Lucro bruto**

Como resultado, nosso lucro bruto consolidado reduziu R\$ 137.854 mil, ou 37%, passando de R\$ 372.497 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 234.643 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Despesas gerais e administrativas**

Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram R\$42.083 mil, ou 21,2%, passando de R\$ 198.344 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 240.427 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento nas despesas operacionais seguiu o patamar de crescimento da operação, principalmente devido à necessidade de adaptar nossas estruturas para atender aos padrões de ser uma empresa de capital aberto, com a criação de novas divisões de suporte e processos estruturados para melhorar nossos controles internos e governança corporativa.

### **Resultado Operacional antes do resultado financeiro e dos impostos**

Nosso resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos teve um decréscimo de R\$ 113.037 mil, ou 55,8%, passando de R\$ 202.661 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 89.624 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro da Companhia apresentou uma variação de R\$137.243 mil, passando de despesas de R\$251.026 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para despesas de R\$388.269 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, explicado principalmente pelo resultado da valorização do dólar frente ao real e seu impacto na atualização das dívidas atreladas à esta moeda e pelo maior endividamento líquido da companhia.

#### Receita Financeira

A receita financeira da Companhia apresentou redução de R\$19.279 mil, passando de R\$ 54.421 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 35.142 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução foi resultado principalmente da diminuição dos ganhos com investimentos em dólar visto a redução na posição de Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Títulos e valores mobiliários vinculados da Companhia, de R\$ 1.045.844 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 672.311 mil em 31 de dezembro de 2021.

#### Despesas Financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram aumento de R\$117.964 mil, ou 39%, passando de R\$305.447 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$423.411 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento se deu principalmente pelo resultado do aumento do endividamento da companhia e pelo processo de reestruturação de dívidas que, no ano de 2021 gerou uma despesa financeira relacionada a custo de captação de R\$101,0 milhões, além de juros sobre empréstimos, outorga e mútuo dado o aumento de endividamento entre 2020 e 2021.

### **Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Com isso o lucro operacional da Companhia antes do imposto de renda e contribuição social apresentou redução de R\$250.280 mil, ou 151%, passando de prejuízo de R\$48.365 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para prejuízo de R\$298.645 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, no montante de R\$ 40.487 mil (ante uma despesa de R\$ 57.180 mil, no exercício social de 31 de dezembro de 2020), variação de R\$ 16.693 mil, ou 29%. Essa variação é explicada principalmente redução do Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

### Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Como resultado do disposto acima, houve prejuízo líquido de R\$339.132 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 frente a um lucro líquido de R\$105.545 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

### FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

#### PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023 COMPARADO COM O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

(em R\$ milhares, exceto %)	31/03/2023	AV	31/03/2022	AV	AH
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(98.418)	74,0%	40.950	21,8%	(340,3%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	19.321	(14,5%)	228.324	121,3%	(91,5%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(47.473)	35,7%	(47.819)	(25,4%)	(0,7%)
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	(6.341)	4,8%	(33.185)	(17,6%)	(80,9%)
<b>Redução/aumento do caixa e equivalentes</b>	<b>(132.911)</b>	<b>100,0%</b>	<b>188.270</b>	<b>100,0%</b>	<b>(170,6%)</b>

### Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido consumido pelas atividades operacionais totalizou R\$98.418 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2023, comparado com uma geração de caixa de R\$40.950 mil no mesmo período 2022, refletindo, principalmente os efeitos de capital de giro, como na variação da conta Clientes – Contas a receber (consumo de R\$23.724 mil em 2022 contra consumo de R\$66.768 mil em 2023), Fornecedores – Contas a pagar (consumo de R\$45.821 mil em 2023 e geração de R\$9.448 mil em 2022) e Outras contas a pagar (consumo de R\$12.227 mil em 2023 e geração de R\$29.816 mil em 2022).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$19.321 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2023, comparado ao caixa líquido gerado nas atividades de investimento de R\$228.324 mil no mesmo período de 2022. Esse efeito se deu principalmente em função de resgates da conta "Títulos e Valores Mobiliários", no valor de R\$212.965 mil, para cumprir com as necessidades de caixa operacionais da Companhia.

### Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 47.473 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2023, comparado a uma aplicação de R\$47.819 mil no mesmo período de 2022, mantendo-se praticamente estável, apesar da ligeira redução no volume de transporte de bauxita entre os períodos, refletindo nosso acordo exclusivo com a Hydro/Alunorte, que está 100% no regime "take or pay" e, portanto, não é afetado pelos volumes.

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	514.575	158,3%	47.731	(34,5%)	N/A
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(32.743)	(10,1%)	(740.999)	535,3%	(95,6%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(140.582)	(43,2%)	518.643	(374,7%)	(127,1%)
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	(16.159)	(5,0%)	36.231	(26,2%)	(144,5%)
<b>Redução/aumento do caixa e equivalentes</b>	<b>325.091</b>	<b>100,0%</b>	<b>(138.394)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(334,9%)</b>

### Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$514.575 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado com R\$47.731 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$466.844 mil, refletindo a melhoria operacional observada nos principais corredores logísticos onde a Companhia atua, bem como maior regularização do capital de giro da Companhia – com redução na linha de contas a receber e em itens afetados pela variação cambial.

### Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$32.743 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$ 740.999 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, um efeito caixa líquido positivo de R\$708.256 mil. Esse efeito se deu principalmente em função do menor CAPEX durante o ano já que há foco para liberação de caixa, o qual passou de R\$534.066 mil em 2021 para R\$280.958 mil em 2022, com investimentos direcionados para projetos com retorno de curto prazo que já estavam contratados e manutenção recorrente, ao passo que em 2021 houve o efeito da aquisição da Imperial, no valor de R\$468.201 mil.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$140.582 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$518.643 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$659.225 mil. Essa variação se deu principalmente em função do efeito da captação da primeira emissão de debentures incentivadas em 2021, e da emissão do Bond 2031, que teve parte de seus recursos adicionais captados para uso na aquisição da Imperial.

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	47.731	(34,5%)	238.432	140,5%	(80,0%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(740.999)	N/A	18.733	11,0%	N/A
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	518.643	N/A	(99.383)	(58,6%)	N/A
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	36.231	(26,2%)	11.900	7,0%	204,2%
<b>Redução/aumento do caixa e equivalentes</b>	<b>(138.394)</b>	<b>100,0%</b>	<b>169.682</b>	<b>100,0%</b>	<b>(181,6%)</b>

### Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$47.731 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado com R\$238.432 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$190.701 mil, ou 80%, resultado de impactos não-recorrentes e não-estruturais sofridos pela Companhia ao longo do exercício de 2021, relacionados as restrições operacionais no Corredor Sul em função dos calados abaixo das médias históricas e da quebra da safrinha de milho no Brasil, com mudança do volume exportável no Corredor Sul, que contribuíram para o aumento do prejuízo do exercício de R\$105,5 milhões em 2020 para R\$ 339,1 milhões em 2021.

### Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$740.999 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido gerados pelas atividades de investimento de R\$18.733 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa diminuição se deu principalmente em função de incremento de aquisições de imobilizado e intangível, que passou de R\$253.411 mil em 2020 para R\$512.582 mil em 2021, além da aquisição de controladas no montante de R\$468.201 mil em 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento**

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$518.643 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$99.383 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação líquida se deu principalmente em função da captação de novos empréstimos, sendo a emissão de debêntures de R\$380 milhões, em 15 de outubro de 2021, e a emissão dos Bonds 2031, em 8 de fevereiro de 2021, no montante de R\$2,8 bilhões, para a recompra de aproximadamente 75% dos Bonds 2025.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:

#### (a) Resultados das operações do emissor, em especial:

##### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta essencialmente pela prestação de serviços em seus diferentes segmentos operacionais, conforme descrito no item 1.4 deste Formulário de Referência. Dentro de tais serviços, aqueles que mais se destacam são o transporte fluvial, elevação de embarcações e navegação de cabotagem.

O transporte fluvial de mercadorias está relacionado, principalmente, à produção de grãos no Mato Grosso e do minério de ferro no Mato Grosso do Sul, sendo o principal componente da receita auferida pela Companhia.

##### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia pode ser materialmente influenciadas pelos seguintes fatores:

- Alterações significativas no volume de grãos produzidos no Brasil e direcionado para exportação;
- Alterações significativas no volume de minério de ferro produzido na região de Corumbá e direcionado para exportação;
- Alterações significativas nas condições de navegação nas hidrovias onde operamos;
- Alterações significativas nas condições competitivas nos diferentes corredores logísticos onde a Companhia atua;
- Alterações de demanda internacional de commodities produzidas na América do Sul e transportadas pela Companhia;
- Alterações de condições macroeconômicas que afetem o setor produtivo de commodities.

Ainda assim, vale notar que a Companhia possui contratos de longo prazo e no formato take or pay, que garantem previsibilidade de parte dos resultados e resiliência em meio a dinâmicas externas mais desafiadoras.

#### (b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia não possui novos produtos/serviços introduzidos com efeito relevante a ser descrito.

As principais variações da receita estão relacionadas às variações no volume movimentado em todos os corredores logísticos onde a Companhia opera.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia atua com contratos de curto e longo prazo, sendo que os contratos de longo prazo firmados com seus clientes contemplam em sua maioria: i) correções anuais pela inflação, ii) correções anuais por custos de mão-de-obra (aumentos salariais por dissídio) e iii) correções por viagens pelo custo de combustível ("bunker") e, portanto, estas variáveis também podem ter algum tipo impacto na receita da Companhia.

Adicionalmente, é importante notar que as receitas do Corredor Sul e da operação de Cabotagem também estão atreladas ao dólar norte-americano, sofrendo, portanto, efeitos relacionados a variações cambiais.

### **(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

#### Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas.

A administração da Companhia analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela administração da Companhia, compartilhados e aprovados pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

Ainda, a Companhia adota o hedge de fluxo de caixa, conforme definido no IFRS 9 tendo como natureza proteger o risco de variação cambial, conforme explicado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

#### Risco de variação da inflação

A variação dos índices de inflação pode afetar as receitas e/ou despesas da Companhia já que diversos serviços e insumos utilizados e transportados, respectivamente, são reajustados com base em indicadores atrelados à inflação.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

#### (a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças nas práticas contábeis da Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

#### (b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem opiniões modificadas e ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023, não houve alienação de segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 houve introdução de um novo segmento com a criação do projeto de Santos. O segmento de Santos consiste no arrendamento por 25 anos de um terminal para elevação, armazenagem e expedição de granéis sólidos no maior porto da América do Sul, localizado em Santos.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de três meses encerrado em 31 de março de 2023, não ocorreram processos de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, em conjunto com suas subsidiárias adquiriram 100% das ações representativas do capital social da Imperial Shipping Paraguay (atualmente denominada Hidrovias Navegación Fluvial), 100% das ações representativas do capital social da Imperial South America e 50% das ações representativas do capital social da Baden S.A., conforme Fato Relevante divulgado em abril de 2021.

Além disso, em 22 de outubro de 2021 a Companhia adquiriu 100% do capital social total e votante da NK 132 Empreendimentos e Participações S.A., empresa não operacional, cuja razão social foi alterada para Via Grãos S.A. A aquisição foi paga através de reembolso de despesas no valor total de R\$ 10,00 (dez reais).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

**2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**(a) Informar o valor das medições não contábeis**

### I. EBITDA

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 24 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 156"), conciliada com nossas demonstrações financeiras, e representa o lucro líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, bem como pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, assim como não consta nas práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado (i) como substituto para o lucro líquido, como indicador de desempenho operacional da Companhia, (ii) como substituto do fluxo de caixa ou (iii) como indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia divulgou nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023 as seguintes medições não contábeis:

(em R\$ mil, exceto %)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	211.219	246.630	673.664	427.623	426.416

Além das métricas acima para o resultado consolidado da Companhia, também são divulgados os seguintes EBITDA's, os quais compõem o resultado divulgado acima, relativos aos segmentos Corredor Norte, Corredor Sul, Cabotagem e Santos, seguindo as mesmas premissas do EBITDA consolidado, quando aplicáveis para os respectivos segmentos:

(em R\$ mil) Corredor Norte	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA <sup>1</sup>	127.947	102.682	408.756	337.767	267.073

<sup>1</sup> O EBITDA do Corredor Norte é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156 e representa o lucro líquido do Corredor Norte acrescido pelo resultado financeiro líquido do Corredor Norte, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do Corredor Norte, bem como pelas despesas e custos de depreciação e amortização do Corredor Norte.

## 2.5 Medições não contábeis

(em R\$ mil) Corredor Sul	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA <sup>1</sup>	69.774	134.448	263.842	1.990	123.809

<sup>1</sup> O EBITDA do Corredor Sul é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156 e representa o lucro líquido do Corredor Sul acrescido pelo resultado financeiro líquido do Corredor Sul, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do Corredor Sul, bem como pelas despesas e custos de depreciação e amortização do Corredor Sul.

(em R\$ mil) Cabotagem	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA <sup>1</sup>	23.674	27.795	73.019	109.897	130.890

<sup>1</sup> O EBITDA do Cabotagem é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156 e representa o lucro líquido do Cabotagem acrescido pelo resultado financeiro líquido do Cabotagem, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do Cabotagem, bem como pelas despesas e custos de depreciação e amortização do Cabotagem.

(em R\$ mil) Santos	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA <sup>1</sup>	13.077	(469)	8.706	7.162	7.812

<sup>1</sup> O EBITDA de Santos é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156 e representa o lucro líquido de Santos acrescido pelo resultado financeiro líquido de Santos, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido de Santos, bem como pelas despesas e custos de depreciação e amortização de Santos.

## II. Dívida Bruta , Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA

A Dívida Bruta é uma medida não contábil, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, e é calculada somando os valores de empréstimos, financiamentos e debêntures no circulante e no não-circulante e os valores de passivo de arrendamento no circulante e no não-circulante.

A Dívida Líquida é uma medida não contábil, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, e é composta pelo saldo da Dívida Bruta, deduzindo-se os seguintes itens: (i) o somatório das disponibilidades da Companhia (caixas e equivalentes de caixa); e (ii) títulos e valores mobiliários circulante e títulos e valores mobiliários vinculados não circulante.

Por fim, como forma de mensurar a performance da Companhia em relação aos seus passivos financeiros, a Companhia utiliza a métrica de Dívida Líquida/EBITDA, a qual representa medição não contábil e pode ser obtida pela razão entre as métricas de Dívida Líquida e EBITDA, obtida nas reconciliações das tabelas seguintes.

## 2.5 Medições não contábeis

A Companhia divulgou os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e em 31 de março de 2023:

(em R\$ mil, exceto %)

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Bruta	4.496.303	4.870.984	3.887.881
Dívida Líquida	3.742.866	4.198.673	2.842.037
EBITDA	673.664	427.623	426.416
<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>	<b>5,55</b>	<b>9,81</b>	<b>6,66</b>

### (b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

#### I. EBITDA e EBITDA

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do EBITDA para os períodos indicados:

(em R\$ mil)

	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>(=) Lucro / (Prejuízo) do Período/Exercício</b>	<b>20.068</b>	<b>33.237</b>	<b>(8.163)</b>	<b>(339.132)</b>	<b>(105.545)</b>
(+) Resultado financeiro	100.037	85.868	233.447	388.269	251.026
(+) Depreciação e amortização	85.001	86.039	356.472	337.999	223.755
(+) Imposto de renda e contribuição social	6.113	41.486	91.908	40.487	57.180
<b>(=) EBITDA</b>	<b>211.219</b>	<b>246.630</b>	<b>673.664</b>	<b>427.623</b>	<b>426.416</b>

Além das métricas acima para o resultado consolidado da Companhia, também são divulgados os seguintes números relativos aos segmentos Corredor Norte, Corredor Sul, Cabotagem e Santos:

(em R\$ mil)

#### Corredor Norte

	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro / (Prejuízo) do Período/Exercício</b>	<b>59.461</b>	<b>19.268</b>	<b>184.883</b>	<b>77.059</b>	<b>37.222</b>
(+) Resultado financeiro	13.767	12.904	49.551	120.300	115.433
(+) Depreciação e amortização	32.143	27.252	114.370	100.732	88.049
(+) Imposto de renda e contribuição social	22.576	43.258	59.952	39.676	26.369
<b>(=) EBITDA</b>	<b>127.947</b>	<b>102.682</b>	<b>408.756</b>	<b>337.767</b>	<b>267.073</b>

(em R\$ mil)

#### Corredor Sul

	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
	31/03/2023	31/03/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro / (Prejuízo) do Período/Exercício</b>	<b>4.706</b>	<b>54.366</b>	<b>53.005</b>	<b>(395.759)</b>	<b>(65.452)</b>
(+) Resultado financeiro	32.117	33.174	14.534	226.907	105.081
(+) Depreciação e amortização	32.037	44.105	155.912	181.343	84.180
(+) Imposto de renda e contribuição social	914	2.803	40.391	(10.501)	-
<b>(=) EBITDA</b>	<b>69.774</b>	<b>134.448</b>	<b>263.842</b>	<b>1.990</b>	<b>123.809</b>

## 2.5 Medições não contábeis

(em R\$ mil)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
<b>Cabotagem</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Lucro / (Prejuízo) do Período/Exercício</b>	<b>7.327</b>	<b>4.953</b>	<b>16.759</b>	<b>39.478</b>	<b>54.155</b>
(+) Resultado financeiro	3.606	8.734	14.194	20.983	23.222
(+) Depreciação e amortização	9.885	8.573	40.190	34.133	33.765
(+) Imposto de renda e contribuição social	2.856	5.535	1.876	15.303	19.748
<b>(=) EBITDA</b>	<b>23.674</b>	<b>27.795</b>	<b>73.019</b>	<b>109.897</b>	<b>130.890</b>

(em R\$ mil)	Período de três meses findo em		Exercício social encerrado em		
<b>Santos</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Lucro / (Prejuízo) do Período/Exercício</b>	<b>(7.212)</b>	<b>(9.629)</b>	<b>(62.673)</b>	<b>(19.629)</b>	<b>(15.461)</b>
(+) Resultado financeiro	10.853	6.516	52.807	16.444	12.469
(+) Depreciação e amortização	9.436	2.583	18.511	10.347	10.804
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	61	61	-	-
<b>(=) EBITDA</b>	<b>13.077</b>	<b>(469)</b>	<b>8.706</b>	<b>7.162</b>	<b>7.812</b>

## II. Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA

A tabela a seguir demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida nas datas indicadas:

(em R\$ mil)	Em				
	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures – circulante	141.488	114.980	192.819	180.889	185.954
Empréstimos, financiamentos e debêntures – não circulante	3.978.468	3.844.706	4.072.960	4.458.517	3.537.180
Passivo de arrendamento – circulante	29.889	76.455	30.692	69.942	14.446
Passivo de arrendamento – não circulante	215.196	145.739	199.832	161.636	150.301
<b>(=) Dívida Bruta</b>	<b>4.365.041</b>	<b>4.181.880</b>	<b>4.496.303</b>	<b>4.870.984</b>	<b>3.887.881</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa – circulante	(268.634)	(264.724)	(401.545)	(76.454)	(214.848)
(-) Títulos e valores mobiliários – circulante	(273.591)	(272.339)	(333.015)	(582.562)	(816.044)
(-) Títulos e valores mobiliários vinculados – não circulante <sup>(1)</sup>	(19.113)	(13.622)	(18.877)	(13.295)	(14.952)
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>3.803.703</b>	<b>3.631.195</b>	<b>3.742.866</b>	<b>4.198.673</b>	<b>2.842.037</b>

<sup>(1)</sup> A Companhia entende que "Títulos e valores mobiliários vinculados – não circulante" devem ser considerados para fins da Dívida Líquida em razão da custódia mínima estabelecida no contrato de empréstimo com o BNDES.



## 2.5 Medições não contábeis

### Dívida Líquida/EBITDA

A partir do cálculo mencionado no EBITDA e Dívida Líquida acima, divide-se o total da Dívida Líquida pelo EBITDA, gerando a Dívida Líquida/EBITDA.

(em R\$ mil, exceto %)

	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Líquida	3.742.866	4.198.673	2.842.037
EBITDA	673.664	427.623	426.416
<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>	<b>5,56</b>	<b>9,82</b>	<b>6,66</b>

**(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

#### I. EBITDA e EBITDA

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA (LAJIDA) é medida comumente utilizada para aferir o desempenho operacional, permitindo comparação com outras empresas do mesmo segmento.

#### II. Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA

A Administração da Companhia acredita que a Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA podem ser úteis na medição do endividamento relativo a posição de caixa do período.

Entendemos que os cálculos da Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA são úteis para entendimento da capacidade da Companhia de fazer frente às suas obrigações quando comparados com o EBITDA. Vale destacar que a Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA não devem ser analisadas isoladamente ou em substituição à dívida da Companhia.

A Companhia entende que é importante demonstrar neste Formulário de Referência a abertura da Dívida Bruta e da Dívida Líquida para que os investidores possam avaliar a métrica utilizada no cálculo de covenants financeiros no âmbito de determinadas dívidas da Companhia e de suas controladas. Assim, a Companhia entende que a medição da razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia em relação ao seu fluxo de caixa operacional.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

**2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Não houve eventos subsequentes às demonstrações contábeis da Companhia de 31 de março de 2023.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

A Companhia passa a descrever abaixo sua política de destinação dos resultados dos últimos três exercícios sociais, em consonância com o seu Estatuto Social e com o disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."):

	2022
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, deverá ser alocado às reservas estatutárias previstas no Estatuto Social, nos termos do Artigo 194 da Lei das S.A., conforme necessário para a expansão dos negócios do objeto social da Companhia, salvo se de outra forma proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia encontra-se disponível para consulta nos sites da CVM (<a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a>), da B3 (<a href="http://www.b3.com.br">www.b3.com.br</a>) e na página de Relações com Investidores da Companhia (<a href="https://ri.hbsa.com.br/">https://ri.hbsa.com.br/</a>) na aba "Governança Corporativa" e no ícone "Estatutos, Políticas e Regimentos".</p>
<b>(a.i) Valores das retenções de lucros</b>	N/A
<b>(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	N/A
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	O Conselho de Administração poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício.
<b>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	O Conselho de Administração poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício.
<b>(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Nos termos dos documentos de emissão dos Bonds 2031, para que a Companhia possa distribuir até 50% do lucro líquido auferido, o índice "dívida líquida sobre EBITDA", (excluindo os efeitos cambiais não recorrentes), deve ser menor que 4,5x em 2021 e 2022, menor que 4,0x em 2023 e menor que 3,5x a partir de 2024 para que pagamentos de dividendos (exceto dividendos mínimos obrigatórios) e assunção de novas dívidas possam ser incorridas.
<b>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	A Companhia tem aprovado em seu Estatuto Social a destinação mínima de 1% do lucro líquido do exercício, contudo, conforme deliberado em Assembleia, não houve distribuição de dividendos referentes ao exercício de 31/12/2022 uma vez que foi apurado prejuízo.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviço não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Além do evidenciado na Nota Explicativa nº 22 – Compromissos e garantias das nossas Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao período de três meses findo em 31 de dezembro de 2023, não mantemos operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais e ao exercício social corrente.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não há itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 2.10 Planos de negócios

### **2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

#### **(a) Investimentos, incluindo:**

##### **(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia realizou investimentos (aquisição de ativo imobilizado e aquisição de ativo intangível) que totalizaram R\$280.958 mil em 31 de dezembro de 2022, contra R\$534.066 mil no mesmo período do ano anterior, relacionados à logística e infraestrutura hidroviária e de navegação costeira, no Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, de acordo com seu plano de negócios, bem como manutenção dos ativos relacionados a sua área de atuação.

A Companhia pretende, dentre outras coisas em 2023, se oportuno e em conformidade com sua estratégia de negócios: (i) adquirir novas barcas para o Corredor Norte; (ii) implementar melhorias para ampliação dos sistemas de transbordo e portuários do Corredor Norte; (iii) implementar melhoria gerais aos ativos de navegação do Corredor Sul; (iv) investir no projeto de expedição via ferroviária em Santos (STS20 no Porto Organizado de Santos; e (v) garantir a manutenção adequada dos ativos portuários e de navegação.

A Companhia tem se aproximado do final do ciclo de investimentos inicialmente previsto e, a partir de 2024, direcionará seus esforços para investimentos em manutenção recorrente e/ou pequenos projetos de melhorias e expansão de capacidade.

Adicionalmente, vale ainda notar que, caso sejam apresentadas oportunidades de negócios atrativas, poderão ser também avaliadas pela Companhia.

##### **(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos realizados em 2022 foram financiados por capital próprio da Companhia, com utilização do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários, bem como da sua própria geração operacional de caixa. Já no período de três meses encerrado em 31 de março de 2023, não foram captados novos financiamentos pela Companhia.

Para novos investimentos de longo prazo, a Companhia poderá, além de utilizar capital próprio, utilizar outras fontes de financiamento como, por exemplo, bancos de fomento de projetos de infraestrutura e utilização dos recursos obtidos por meio de operações no mercado financeiro e de capitais.

##### **(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A Companhia não realizou desinvestimentos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

#### **(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia informa que realizou investimentos em ativos necessários para a expansão de seus negócios, entre eles aquisição de dois empurradores de manobra – híbridos e que serão utilizados no Corredor Norte, aquisição de dois

## 2.10 Planos de negócios

empurradores troncais – que poderão movimentar os “supercomboios” – que são comboios de 35 barcas, também para o Corredor Norte – com isso, ampliando a capacidade de navegação de tal corredor logístico a partir de 2024, bem como promovendo ganhos operacionais por meio de redução de custos de combustível por tonelada, bem como maior diluição de custos fixos para essa operação. O investimento nesses ativos também deve viabilizar o remanejamento e otimização da frota da Companhia, sendo que devem ser direcionados dois empurradores atualmente utilizados no Norte para o Corredor Sul – o que pode permitir que a Companhia deixe de arrendar ativos naquele corredor logístico a partir de 2024.

Adicionalmente, a Companhia concluiu em 2022 os investimentos principais do terminal de Santos, que voltou a operar em agosto, e investimentos em tecnologia, que serão benéficos para todas as operações, viabilizando melhor gerenciamento do negócio e maior previsibilidade operacional.

### **(c) Novos produtos e serviços, indicando:**

#### **(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

#### **(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não foram feitos investimentos em pesquisas nesse sentido.

#### **(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

1. Expansão do sistema norte, em processo de análise de opções.
2. Instalação de operação ferroviária no Terminal de Santos, com início previsto das operações em 2024.

#### **(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Considerando as informações prestadas no item (a) acima, a Companhia pretende atuar dentro de normalidade e mais próximo da plenitude a partir de 2024, a partir de maior capacidade de navegação no Norte, melhores condições operacionais no Sul e maior desenvolvimento da operação de sal e fertilizantes em Santos.

Caso sejam apresentadas oportunidades de negócios atrativas no futuro, podemos também investir na expansão de nossas operações ou na aquisição de novos negócios e ativos.

### **(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A Companhia tem trabalhado fortemente para ampliar suas análises sobre temas ASG e, em agosto de 2020, criou uma Diretoria de Sustentabilidade & Meio Ambiente, focada na análise e desenvolvimento de uma matriz de materialidade que pudesse direcionar os esforços da Companhia considerando as externalidades de seus negócios.

## 2.10 Planos de negócios

Com base nos temas materiais identificados, foram estabelecidos seis compromissos sustentáveis:

- Mudança do Clima;
- Impactos Ambientais;
- Ética e Transparência;
- Cadeia de Valor (Clientes e Fornecedores);
- Desenvolvimento Local e Humano; e
- Saúde, Segurança e Desenvolvimento do Colaborador.

Estabelecidos tais compromissos sustentáveis e seus direcionadores, bem como as aspirações da Companhia, iniciam-se os ciclos quinquenais de metas para que se alcancem os resultados desejados. Com a publicação do Compromisso Sustentável da Companhia, as variáveis de governança socioambiental são definitivamente incluídas no conjunto de Direcionadores Estratégicos da Companhia e juntamente com seu Plano de Negócios, os compromissos publicamente assumidos e a gestão de partes interessadas, compõem o painel de análise de Riscos e Oportunidades do negócio.

Quando comparada aos modais terrestres a Companhia opera logística de baixo carbono para o transporte de grânéis sólidos e reconhece nesta característica um diferencial competitivo importante na crescente economia de transição para baixo carbono.

Em 2021, a Companhia publicou seu 1º Inventário de GHG (inventário de emissões de gases de efeito estufa) e identificou que emite 3 vezes menos CO<sub>2</sub>-equivalente do que os modais rodovias e ferroviários. Encontra-se aí uma oportunidade de negócio que se combina com as demais estratégias de governança socioambiental, exemplificada pelas iniciativas abaixo descritas.

Foram estabelecidas 17 metas de curto prazo para o primeiro biênio, todas diretamente alinhadas aos compromissos públicos assumidos e a Companhia espera que 80% das metas estabelecidas sejam alcançadas.

Entre as metas de curto prazo já concluídas destacam-se:

(i) Compromisso relacionado a nossa Cadeia de Valor com o projeto “Selo Sustentável”, sendo que essa iniciativa visa influenciar nossos parceiros comerciais na adoção de práticas de sustentabilidade e mobilizou cerca de 50 fornecedores estratégicos. Neste primeiro ano, após uma criteriosa análise, diversos fornecedores foram contemplados com o “Selo Sustentável da Hidrovias do Brasil”, o que lhes conferiu o reconhecimento de suas boas práticas de ESG. Também faz parte do programa o desenvolvimento de planos e ação para alavancar a atuação dos fornecedores em suas práticas de sustentabilidade ao longo dos próximos anos; e

(ii) Compromisso de Desenvolvimento Local e Humano, por meio do qual a Hidrovias do Brasil desenvolveu o “Jeito Hidrovias de se relacionar”, especialmente com as comunidades vizinhas às operações. A nova estratégia, resultou na elaboração de um plano de engajamento com partes interessadas, por meio do qual 19 iniciativas de investimento social foram implantadas nos municípios de Santos, Itaituba e Barcarena no Brasil, além de iniciativas em Montevideo no Uruguai e na Região Metropolitana de Assunção, Paraguai. Essas iniciativas vão beneficiar a vida de milhares de pessoas que vivem próximas as bases operacionais da Companhia.



## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

**(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a qual foi revisada em 21 de outubro de 2021, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada nessa data ("Política de Gerenciamento de Riscos").

**(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos, aplicável à Companhia e suas controladas, tem por objetivo de definir as diretrizes para o processo unificado de gestão de riscos, bem como orientar os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos da Companhia. Além de fortalecer a cultura de gestão de riscos, e preparar a Companhia para enfrentar as incertezas e favorecer o alcance dos objetivos estratégicos do negócio.

A Gestão de Riscos Corporativos possui como objetivo suportar a tomada de decisão, o planejamento e a execução da estratégia, fornecendo informações relevantes aos líderes e gestores da Companhia, para ciência do nível de exposição aos riscos e definição de ações para a redução de incertezas e a resiliência dos negócios. Essa política deve padronizar conceitos e diretrizes referentes à gestão de riscos.

**(i) Os riscos para os quais se busca proteção**

A Matriz será apresentada com as seguintes categorias de riscos:

<b>Riscos Estratégicos</b>	Associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente de negócio.
<b>Riscos Operacionais</b>	Decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da companhia.
<b>Financeiros</b>	Associados ao planejamento, decisões e estrutura financeira (incluindo aspectos de mercado, crédito, liquidez, gestão financeira, macroeconomia, dentre outros).
<b>Riscos Regulatórios</b>	Associados ao ambiente regulatório decorrentes de descumprimentos de leis, desvios de conduta e da documentação orientadora.

Adicionalmente, os riscos observados e classificados de acordo com as categorias supracitadas, também serão divididas em subcategorias, possibilitando assim o melhor entendimento de suas causas e, consequentemente, permitindo identificar e monitorar os riscos de forma mais adequada.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (ii) Os instrumentos utilizados para proteção

O processo de identificação dos riscos parte primeiramente da contextualização dos parâmetros internos e externos relevantes para a Companhia e quais riscos se interpõem aos objetivos da organização. Essa etapa é importante para o entendimento dos riscos inerentes ao negócio, bem como a tendência de variação de exposição aos riscos existentes que são influenciados, principalmente, mas não exclusivamente, por fatores externos

Em seguida, será iniciado o processo de avaliação de riscos que consiste na identificação, discussão e avaliação dos riscos do negócio. Os riscos são avaliados em nível departamental para melhor entendimento de suas causas, consequências e probabilidades e são posteriormente consolidados no Mapa de Riscos Corporativos. Isto favorece o processo decisório relacionado à:

- Priorização das ações de tratamento dos riscos;
- Definição da estratégia de tratamento dos riscos para adequação ao apetite ao risco da Companhia.

Dentro da etapa de avaliação dos riscos teremos:

#### (a) Identificação dos Riscos

Após a contextualização dos fatores internos e externos relevantes para o entendimento da exposição aos riscos, realiza-se a etapa de identificação e registro de riscos. Esta etapa é conduzida de maneira colaborativa e sistemática, através de reuniões com líderes e gestores da Companhia, para que de acordo com seus conhecimentos das operações, dados históricos disponíveis e pontos de vista forneçam uma visão realista dos Riscos Corporativos.

O objetivo desta etapa é compreender e registrar os riscos que possam influenciar positiva ou negativamente o alcance dos objetivos estratégicos ou até mesmo a continuidade do negócio.

#### (b) Análise dos Riscos

A etapa de análise tem o objetivo de estabelecer um panorama abrangente sobre o risco, sua adequada descrição, bem como registros adicionais de controles e/ou iniciativas existentes que podem mitigar o respectivo Risco Corporativo, bem como o detalhamento e registro dos Fatores de Risco relacionados. A análise de riscos fornece informações estruturadas de forma adequada para a avaliação de riscos, suportando de forma objetiva o entendimento de probabilidade e impacto da materialização de eventos incertos, considerando a estrutura atual de controles, barreiras de risco e cultura organizacional da Companhia.

#### (c) Avaliação dos Riscos

O propósito da avaliação de riscos é compreender como os riscos identificados impactam os negócios da Companhia e qual sua probabilidade de materialização, a partir das métricas definidas na Política de Gerenciamento de Riscos. Esta etapa é realizada de acordo com conhecimentos e pontos de vistas dos líderes e gestores da Companhia e pode ser realizada com técnicas qualitativas ou quantitativas. Durante a avaliação é realizada a priorização dos riscos da Companhia, de acordo com as escalas definidas para probabilidade e impacto em caso de materialização.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Após toda a avaliação de cada um dos riscos será iniciada a etapa de tratamento dos riscos onde será elaborada, planejada e implementada opções para tratar os riscos, reduzindo assim a probabilidade ou impacto deste risco, até atingir um nível aceitável pela companhia.

As ações para o tratamento de riscos são:

- Evitar o risco: Decidir não iniciar ou continuar com a atividade que dá origem ao risco.

Opção por eliminar a fonte do risco;

- Mitigar o risco: Reduzir a probabilidade e/ou impacto de materialização do risco.

Opção pela criação de planos de ação que minimizem a potencial exposição ao risco;

- Transferir ou compartilhar o risco (Parcerias e/ou Seguros): Reduzir impacto do risco através de contratos e seguros com terceiros. Opção pela redução do impacto dos riscos pela transferência ou compartilhamento do risco, seja uma parte ou integralmente junto a terceiros;
- Aceitar o risco: Assumir o risco de maneira a perseguir uma oportunidade ou objetivo estratégico. Opção por continuar operando com a atual estrutura, processos e/ou controles, observando inclusive a relação custo-benefício das ações de mitigação de determinado risco.

Para a efetiva implementação do tratamento selecionado, devem ser propostos planos de ação para expor claramente como a resposta ao risco será realizada, de maneira que os custos e benefícios sejam compreendidos pelos envolvidos e o progresso em relação ao plano possa ser monitorado.

### (iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que, para uma adequada gestão de riscos, é fundamental a participação de todos os empregados, de forma atingir o nível de efetividade dessa política. Para tal, cada área necessita conhecer os seus papéis para que os principais riscos sejam devidamente tratados e monitorados.

As seguintes estruturas organizacionais são diretamente envolvidas no controle de gerenciamento de riscos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria não estatutário; (iii) Comissão de Riscos; (iv) área de Gestão de Riscos; (v) Responsável pelo Risco; (vi) área de Controles Internos e (vii) área de Auditoria Interna. As atribuições de cada uma estão descritas abaixo.

(i) O Conselho de Administração é responsável por:

- Discutir a estrutura da área de Gestão de Riscos;
- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos;
- Aprovar o Plano de Trabalho de gestão de riscos;
- Aprovar os níveis de alçada de riscos, que define as responsabilidades para aprovação e tratamento dos riscos;
- Definir nível de exposição aceitável da tolerância e apetite a risco;
- Aprovar o apetite a risco;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Acompanhar os resultados do processo de gerenciamento dos riscos;
- Definir o perfil de riscos da organização;
- Avaliar periodicamente o mapa de riscos corporativos e as ações mitigatórias reportados pela Diretoria;
- Supervisionar os riscos priorizados e seus respectivos planos de resposta;
- Acompanhar a evolução dos planos de ação mitigatórios dos riscos;

(ii) O Comitê de Auditoria é responsável por:

- Revisar a Política de Gerenciamento de Riscos;
- Revisar o Plano de Trabalho de Gestão de riscos;
- Validar o portfólio dos riscos estratégicos;
- Monitorar o grau de apetite a risco e atualizá-lo quando necessário;
- Efetuar reporte ao Conselho de Administração acerca do gerenciamento dos riscos estratégicos (alteração em impacto, probabilidade, demais características);
- Priorizar as recomendações da área de Gestão de Riscos e submetê-las ao Conselho de Administração.

(iii) A Comissão de Riscos

- Acompanhar o cumprimento da política de Gerenciamento de Riscos;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento dos riscos;
- Revisar os riscos corporativos de forma colegiada junto aos donos de riscos.

(iv) A área de Gestão de Riscos é responsável por:

- Comunicar e treinar os empregados sobre gestão de riscos;
- Elaborar e implementar o processo da Área Gestão de Riscos (baseado em Política, Plano de trabalho e Manual);
- Propor e rever periodicamente os critérios para avaliação, mapeamento e classificação de riscos;
- Atuar no monitoramento de tendências e elementos externos que possam trazer riscos à organização;
- Programar reuniões para análise dos riscos;
- Coordenar as atividades de gestão de indicadores de riscos e planos de ação para riscos;
- Monitorar a evolução de implantação dos planos de ação e indicadores dos riscos;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Assessorar o Comitê de Auditoria não estatutário nos assuntos relacionados aos riscos;
- Propor o Responsável do Risco por cada risco;
- Assessorar o Responsável pelo Risco na criação dos indicadores, dos níveis de exposição do plano de resposta aos riscos;
- Gerenciar sistema de riscos com o objetivo de consolidar os resultados das avaliações de riscos;
- Realizar monitoramento e análise crítica dos riscos;
- Definir diretrizes para o gerenciamento de riscos como, periodicidade das reuniões de gerenciamento de riscos e dos relatórios.

(v) O Responsável pelo Risco é responsável por:

- Efetuar revisão técnica do risco, dos fatores de risco, avaliação, criticidade final do risco e ações de mitigação;
- Elaborar e atualizar as fichas de riscos sempre que necessário;
- Desenvolver indicadores para os riscos prioritários;
- Realizar o desdobramento das recomendações em planos de ação;
- Implementar e monitorar planos de ação dos riscos;
- Definir os responsáveis pelas etapas dos planos de ação;
- Definir os prazos para finalização das etapas dos planos de ação;
- Realizar o acompanhamento da execução das atividades;
- Efetuar reportes periódicos das informações ou alterações das fichas de riscos à Área de Gestão de Riscos;
- Comunicar a área de Gestão de Riscos ao identificar novos riscos e/ou eventos que sejam relevantes, assim como a sua evolução;
- Realizar o monitoramento de forma interna dos processos nos quais possuem responsabilidade, bem como comunicar em caso de riscos emergentes.

(vi) A área de Controles Internos é responsável por:

- Analisar e avaliar os fluxos internos dos processos da empresa, identificando necessidades e oportunidades de melhoria, com o objetivo de mitigar os riscos conhecidos da Companhia;
- Fornecer orientações sobre Gerenciamentos de Riscos dos processos, levando em consideração o ambiente de controles;
- Manter a Administração atualizada quanto ao ambiente de controle da Companhia;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Monitorar a adequação e a eficácia dos controles internos, a precisão e a integridade do reporte, a conformidade com as leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências;
- Avaliar a implantação das recomendações de melhoria identificadas pela auditoria externa e/ou consultorias;
- Identificação e apoio em implantação de procedimentos relacionados aos fluxos e processos;
- Fortalecer a cultura de Controles Internos junto a liderança e áreas-chave; e
- Sugerir melhorias nos processos, para implementação de controles robustos para mitigar os potenciais riscos da HBSA.

(vii) A área de Auditoria Interna é responsável por:

- Reportar ao Comitê de Auditoria não estatutário avaliações objetivas sobre a eficácia do gerenciamento de riscos;
- Verificar periodicamente se a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos está operando de forma eficaz;
- Avaliar se os riscos mais relevantes estão sendo gerenciados de forma adequada;
- Inserir no plano de auditoria os processos vinculados aos riscos prioritários;
- Realizar o teste da efetividade dos controles mitigatórios associados aos riscos

### **(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A verificação da eficácia dos processos e práticas adotados para o gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia é feita por meio da área de Auditoria Interna, cuja missão é verificar o cumprimento de normas internas e da legislação pertinente, reportando-se ao Comitê de Auditoria.

Para garantir que a atividade da área de Auditoria Interna tenha autoridade para cumprir com seus deveres de verificação da eficácia dos processos e práticas para gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia, o Conselho de Administração aprovou, em 20 de fevereiro de 2020, as atribuições da área de Auditoria Interna, que incluem, nos termos do artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado, (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A área de auditoria interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Durante os seus trabalhos, a área de Auditoria Interna está autorizada a:

- Ter acesso completo, livre e irrestrito a todas as funções, registros, propriedades e pessoal pertinentes à condução de qualquer trabalho, sujeita à devida prestação de contas quanto à confidencialidade e salvaguarda dos registros e informações.
- Alocar recursos, definir frequências, selecionar questões, determinar escopos de trabalho, aplicar técnicas necessárias para atingir os objetivos de auditoria e emitir relatórios.
- Obter assistência do pessoal necessário da Companhia, assim como outros serviços especializados, internos ou externos à Companhia, para concluir o trabalho.



## 5.2 Descrição dos controles internos

### **5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

#### **(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Gestão dos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações financeiras são realizados através da área de Controles Internos, por meio de informações recebidas e das análises de resultados apresentados em reuniões com executivos.

A realização destes controles ocorre através das práticas assim citadas: (i) zelo pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras trimestrais e anuais; (ii) avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia para o cumprimento das exigências legais e regulatórias; e (iii) acompanhamento das ocorrências relevantes de Operações, Tecnologia da Informação e Segurança da Informação.

Adicionalmente, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Todos os controles chaves da Companhia são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

A área de Auditoria Interna também é responsável por assegurar que a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos está operando de forma eficaz.

A área de Controles Internos foi constituída na Hidrovias em setembro de 2020 e atualmente utiliza a metodologia do COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway) – Gerenciamento de Riscos e Controles Corporativos.

#### **(b) As estruturas organizacionais envolvidas**

A Controladoria da Companhia subordina-se ao Vice-Presidente de Finanças e RI (Relações com Investidores). A Controladoria é responsável por atuar de forma objetiva por meio de controle dos processos e avaliação do impacto que eventual falha de controle possa acarretar à elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável, dentre outros, por supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e a qualidade dos serviços prestados, bem como acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia. O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração.

A área de Controles Internos reporta ao Diretor Jurídico e Regulatório, com uma equipe de Analistas e Coordenador. A área de Controles internos é responsável por assegurar que a Companhia possua uma estrutura de controles efetiva na avaliação e mitigação dos riscos que possam impactar suas demonstrações financeiras, incluindo o assessoramento das demais áreas na criação e manutenção de controles e no apoio e revisão na criação de normativos.

A Área de Auditoria interna é responsável, dentre outros, por reportar ao Comitê de Auditoria suas avaliações objetivas da eficácia do gerenciamento de riscos, de modo a assegurar que a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos está operando de forma eficaz.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### (c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Gerência de Riscos e Compliance, representada pelo Diretor Jurídico e Regulatório, acompanha periodicamente os processos e controles internos, a fim de reportar-se à administração através de reuniões, caso ocorram fatos que possam ser relevantes para o bom desempenho operacional e financeiro.

O Comitê de Auditoria é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna. Além disso, o Comitê de Auditoria se reporta ao Conselho de Administração da Companhia, atuando com independência em relação à Diretoria.

A Área de Auditoria interna é responsável, dentre outros, por reportar ao Comitê de Auditoria suas avaliações objetivas da eficácia e eficiência dos controles existentes, de modo a assegurar que a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos está operando de forma eficaz.

A Área de Controle Internos, por intermédio dos gestores responsáveis, acompanha e aferi a eficiência dos Controles Internos implementados de forma a garantir a continuidade da implementação e aperfeiçoamento de controles no grupo Hidrovias.

### (d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado dos auditores independentes relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 indicou as seguintes deficiências significativas e recomendações sobre os controles internos da Companhia:

Deficiências Significativas Apontadas	Recomendações da Auditoria Externa
Receita de <i>take or pay</i> reconhecida a menor.	Recomendamos que a Companhia elabore um fluxo de aprovações para revisão da apuração dos contratos de <i>take or pay</i> .
Falha no controle da movimentação dos contratos de arrendamento.	Visando aprimorar os controles já existentes, recomendamos que a Companhia consolide o controle de seus contratos de arrendamento em apenas uma base e homogeneizar a memória de cálculo de suas movimentações. Adicionalmente, criar um fluxo de revisões da conciliação para o saldo contábil.
Falta de evidência de revisão dos controles de corte da receita e lançamento manual.	Recomendamos a administração que aprimore os procedimentos de controles internos implantando rotinas de formalização de revisão dos cálculos de corte da receita (Cut off), e criação sistêmica para aprovação dos lançamentos manuais.
Ausência de revisão da análise de Impairment	Recomendamos que a Companhia formalize o processo de revisão dos cálculos de impairment.
Ausência do controle analítico dos componentes do ativo imobilizado.	Recomendamos que a Companhia elabore um controle analítico por componente incorporado ao ativo imobilizado, com a data de ativação de cada item, bem como o período de vida útil definido.
Ausência de mapeamento de perfis conflitantes (SoD) do sistema HBLOG	Implementar uma matriz formal de segregação de funções de acordo com as atribuições funcionais e áreas da Companhia, na qual estejam determinados os riscos e os processos conflitantes, para que as concessões ou alterações de acesso sejam efetuadas de acordo com a função/cargo exercidas pelos usuários. Para os casos em que houver conflito, elaborar uma documentação que suporte as exceções e determinar controles compensatórios recorrentes. Avaliar a possibilidade de somente aprovar acessos conflitantes caso haja um controle compensatório para cada cenário.
Alteração de tarifas de faturamento no sistema sem aprovação	Recomendamos que a administração implante um sistema de revisão e aprovação das tarifas que são incluídas no sistema.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### (e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os auditores da Companhia apresentaram recomendações relativas a possíveis deficiências nos controles internos da Companhia, a partir do exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A tabela a seguir ilustra as deficiências significativas apontadas e recomendações da auditoria externa, conforme avaliação da administração, bem como os comentários da administração e medidas adotadas pela Companhia a respeito dessas recomendações e o entendimento da administração em relação a tais recomendações:

Deficiências Significativas Apontadas	Recomendações da Auditoria Externa	Comentários da Administração /Medidas Corretivas
Receita de take or pay reconhecida a menor.	Recomendamos que a Companhia elabore um fluxo de aprovações para revisão da apuração dos contratos de take or pay.	<i>Para melhorar a assertividade dos valores provisionados iremos fazer a revisão da nossa base de dados operacional para que os dados apurados indiquem a responsabilidade de pagamento do take or pay previsto em contrato. Esta ação será realizada pelo time operacional da Hidrovias do Brasil junto ao cliente ao longo do ano. Após as etapas operacionais, o time comercial analisa as informações comparando-as com os parâmetros contratuais e segue com a cobrança dos valores devidos junto ao cliente. Com relação às aprovações das apurações as mesmas já seguem os ritos pactuados nos contratos e acordos comerciais, que foram devidamente aprovados pela alta administração da Hidrovias e também do cliente.</i>
Falha no controle da movimentação dos contratos de arrendamento.	Visando aprimorar os controles já existentes, recomendamos que a Companhia consolide o controle de seus contratos de arrendamento em apenas uma base e homogeneizar a memória de cálculo de suas movimentações. Adicionalmente, criar um fluxo de revisões da conciliação para o saldo contábil.	<i>Não é possível centralizar os cálculos de arrendamento em um único controle excel devido ao seu tamanho e particularidades, entretanto, concentramos o mesmo em uma única pasta na rede, por mês e empresa. Além disso, buscamos aprimorar as memórias de cálculo e uniformizar nossa política. O ponto de controle em questão é reflexo de um ajuste do contrato de arrendamento alocado na controlada Santos, o qual já realizado nas DFs.</i>
Falta de evidência de revisão dos controles de corte da receita e lançamento manual.	Recomendamos a administração que aprimore os procedimentos de controles internos implantando rotinas de formalização de revisão dos cálculos de corte da receita (Cut off), e criação sistêmica para aprovação dos lançamentos manuais	<i>A Administração reavaliará a evidenciação da revisão realizada dos cálculos de cut off a fim de mitigar a deficiência reportada, bem como analisará qual controle pode ser implementado a fim de garantir que o lançamento manual referente ao registro de cut-off da receita foi feito de forma adequada.</i>
Ausência de revisão da análise de Impairment	Recomendamos que a Companhia formalize o processo de revisão dos cálculos de impairment.	<i>O cálculo de impairment é efetuado pela área de Planejamento Financeiro da Companhia e submetido para a revisão e aprovação do CFO (o qual formalizou seu "de acordo" em 03/02/23, conforme evidência disponibilizada para nossos auditores independentes). Com base no exposto no tópico "situação observada" acima, a Administração entende que a formalização efetuada atualmente não é suficiente para fins de auditoria, e para o exercício social de 2023 irá rever a forma de evidenciação da revisão do CFO para que ela também contemple um detalhamento dos itens que foram revisados e assuntos discutidos ao longo dessa revisão.</i>

## 5.2 Descrição dos controles internos

Ausência do controle analítico dos componentes do ativo imobilizado.	Recomendamos que a Companhia elabore um controle analítico por componente incorporado ao ativo imobilizado, com a data de ativação de cada item, bem como o período de vida útil definido.	<i>A companhia revisará os processos atrelados à aquisição e contabilização de ativo imobilizado a fim de implementar o controle analítico por componente, dentre outros controles.</i>
Ausência de mapeamento de perfis conflitantes (SoD) do sistema HBLOG	Implementar uma matriz formal de segregação de funções de acordo com as atribuições funcionais e áreas da Companhia, na qual estejam determinados os riscos e os processos conflitantes, para que as concessões ou alterações de acesso sejam efetuadas de acordo com a função/cargo exercidas pelos usuários. Para os casos em que houver conflito, elaborar uma documentação que suporte as exceções e determinar controles compensatórios recorrentes. Avaliar a possibilidade de somente aprovar acessos conflitantes caso haja um controle compensatório para cada cenário.	<i>A matriz de segregação de funções (SoD) já foi elaborada pela área de Tecnologia de Negócios e encontra-se em fase de validação com as áreas internas quanto as atribuições de cargos/funções dos usuários e posteriormente serão estabelecidos controles compensatórios para os casos de eventuais conflitos.</i>
Alteração de tarifas de faturamento no sistema sem aprovação	Recomendamos que a administração implante um sistema de revisão e aprovação das tarifas que são incluídas no sistema.	<i>As rotinas de cadastro de contratos no SAP, que inclui os parâmetros de tarifas, é de única e exclusiva responsabilidade do time comercial. Adicionalmente as tarifas praticadas são mensalmente analisadas pelo time financeiro e de controladoria na apuração do forecast, que questiona variações relevantes nas tarifas médias quando comparadas com o previsto em budget. Estamos iniciando o processo de atualização dos sistemas de faturamento onde será verificada a viabilidade de inclusão da aprovação das tarifas via sistema.</i>

## 5.3 Programa de integridade

**5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 acima, é voltada, dentre outros, à proteção de riscos de conformidade. Além disso, a Companhia possui políticas e procedimentos especificamente voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descritos no item 5.3 (a) (i) abaixo.

**(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

(i) Código de Ética da Companhia: reflete os princípios básicos e o comprometimento com que a Companhia realiza seus negócios, sempre de forma ética e estritamente dentro das leis, além de ter um conjunto de procedimentos para prevenir e detectar má conduta. Além disso, o Código de Ética deve obrigatoriamente ser seguido por todos os colaboradores da Companhia, bem como consultores, fornecedores, subcontratados, representantes e quaisquer outros que atuem em seu nome.

O Código de Ética da Companhia aborda, dentre outros temas, diretrizes de atuação dos empregados, bem como diretrizes para evitar a ocorrência de qualquer tipo de preconceito ou assédio, conflito de interesses, corrupção, suborno, pagamento por extorsão ou facilitação. O Código de Ética da Companhia também aborda regras para relação com fornecedores e recebimento de brindes e presentes, para doações e contribuições em geral, relacionamento com o poder público, livros e registros contábeis, lavagem de dinheiro dentre outros. Por fim, estabelece a necessidade de treinamento periódico aos colaboradores.

(ii) Política Anticorrupção: reflete as diretrizes e principais regras no relacionamento da Companhia com entidades privadas e com o poder público. A Política Anticorrupção estabelece, também, as diretrizes que devem ser observadas (i) no relacionamento com agentes públicos e atividades de relações governamentais; (ii) na representação e registro das interações com agentes públicos; (iii) na contratação com órgãos e empresas da administração pública; (iv) na participação em licitações públicas; (v) no registro e realização de doações e patrocínios; (vi) na oferta, entrega, promessa ou recebimento de Brindes, Presentes ou Hospitalidade; (vii) na obtenção de licenças, autorizações e permissões; e (viii) na contratação de funcionários e ex-funcionários públicos.

Os riscos e parâmetros para identificação e tratamento dos riscos de Compliance da Companhia são reavaliados sempre que constatada qualquer necessidade de adaptação ou adequação a determinada situação anteriormente não abrangida, seja em virtude de alteração normativa ou fática e, portanto, não há uma frequência pré-definida para reavaliação dos riscos de Compliance.

### 5.3 Programa de integridade

**(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, as áreas de Riscos e Controles, Compliance, Jurídico e a Comissão de Ética, conforme detalhes descritos abaixo:

A área de Gestão de Riscos mapeará, entre outros, riscos de desvios de ética e suportará os Responsáveis pelo Risco na criação de controles que o mitiguem. Adicionalmente, definirá monitoramentos sobre a ocorrência dos principais riscos e treinará os colaboradores de forma a alinhar o conhecimento sobre os valores e comportamentos esperados. A área de Auditoria Interna, através de suas atribuições, também utilizará de seus procedimentos internos para auxiliar no monitoramento da eficiência dos mecanismos de integridade.

A Companhia conta com uma Comissão de Ética, o qual é o órgão responsável por acompanhar e avaliar o Programa de Compliance, bem como por receber as manifestações recebidas pelo canal de ética da Companhia e sempre que necessário reportá-las, ao Comitê de Auditoria. Esse grupo é independente e composto por pessoas de diferentes níveis hierárquicos e áreas e é o responsável por averiguar o assunto, executando as recomendações do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração.

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia têm o dever de manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas e todas as denúncias, sem exceção, conferem o anonimato ao denunciante.

Adicionalmente, a Companhia possui uma área específica de Compliance, que está diretamente subordinada à Presidência da Companhia. Essa área é a responsável por desenvolver e gerir o Programa de Compliance.

Entre as atribuições do responsável da área de Compliance encontra-se:

- Assegurar cumprimento das normas de conduta, procedimentos e políticas internas;
- Gerir, revisar, avaliar e dar efetividade ao programa de Compliance;
- Receber, analisar e responder a consultas e denúncias recebidas, garantindo sigilo e confidencialidade;
- Atuar de maneira preventiva contra as práticas anticorrupção, atualizando as políticas da empresa, mapeando os processos críticos treinando seus colaboradores.

Desde a implementação do Programa de Compliance da Companhia, uma quantidade expressiva de colaboradores foi treinada com o objetivo de conhecer e esclarecer o conteúdo Código de Ética da Companhia. Além disso, a Companhia procura realizar treinamentos periódicos de seus colaboradores com foco em Compliance, bem como enviar comunicados periódicos por meio de mensagens eletrônicas, disponibilizar materiais impressos nos murais e áreas comuns das sociedades do grupo, e publicar matérias sobre o tema Compliance na plataforma de comunicação interna da Companhia.

### 5.3 Programa de integridade

**(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui um Código de Ética, cuja revisão e reformulação foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2020. Esse documento se aplica a todos os colaboradores, consultores, fornecedores, subcontratados, representantes e quaisquer outros que atuem em nome da Companhia e encontra-se disponível para consulta do público em geral no website da Companhia ([https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/22675/IPE/2020/c6b5cf85-629e-4c44-b36f-e380aa8e6ad3/20200220170804304561\\_22675\\_739845.pdf](https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/22675/IPE/2020/c6b5cf85-629e-4c44-b36f-e380aa8e6ad3/20200220170804304561_22675_739845.pdf)).

Além disso, os colaboradores e administradores da Companhia têm ciência das disposições do Código de Ética mediante assinatura do respectivo Termo de Compromisso e de treinamentos anuais específicos e relacionados aos riscos inerentes aos cargos ocupados pelos colaboradores e administradores.

O descumprimento do Código de Ética, das políticas, diretrizes ou procedimentos internos da Companhia, leis, ou normas relacionadas às atividades da Companhia, bem como a não cooperação com uma investigação interna, pode resultar em medidas disciplinares, tais como, mas não limitadas à, advertência verbal, por escrito, suspensão, demissão por ou com justa causa ou término do contrato de trabalho.

O detalhamento sobre a forma de avaliação de padrões comportamentais e a aplicação de medidas disciplinares poderá ser encontrada em uma política específica sobre o assunto.

Todo e qualquer indício ou comportamento incompatível com o Código de Ética ou com as leis às quais a Companhia está sujeita devem ser reportados, por meio do gestor direto do colaborador que tiver conhecimento da prática ou ato contrário aos estabelecidos no Código de Ética da Companhia, diretamente à área de Compliance ou por meio do canal de ética da Companhia.

**(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui canal de ética como uma ferramenta de comunicação de condutas que possam representar uma violação ao seu Código de Ética, políticas, diretrizes, procedimentos internos, ou da legislação permanente.

### 5.3 Programa de integridade

**(ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de ética está disponível tanto para o público interno quanto para o público externo

**(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Por meio do canal de ética, qualquer pessoa pode comunicar, de maneira confidencial, anônima e segura, sobre condutas que possam representar uma violação ao Código de Ética da Companhia, suas políticas, diretrizes ou procedimentos internos, ou da legislação permanente. O anonimato é garantido ao denunciante, uma vez que, após o recebimento e tratamento da denúncia por empresa terceirizada especializada, a Companhia recebe apenas o relato.

**(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Compliance, com o apoio da Comissão de Ética, serão os responsáveis pela gestão e apuração das denúncias recebidas. No caso de denúncias que apresentem riscos para a Companhia, as informações deverão ser reportadas ao Comitê de Auditoria.

**(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

A Companhia não possui registros de casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios.

**(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável em razão das informações prestadas acima.



## 5.4 Alterações significativas

**5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não foram realizadas alterações significativas nas práticas de gerenciamento de riscos e controles internos.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.